



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnicos-Raciais, Gênero e Diversidades

PRÁTICA DOCENTE AFROCENTRADA

AFROCENTRATED TEACHING PRACTICE

Erinaldo Dias Valério – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Diego Fiel Santos – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Gláucia Aparecida Vaz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Informa que a universidade pode ser um espaço de produção de saberes em que pessoas historicamente marginalizadas e subalternizadas podem ser agentes de sua própria história. Reflete sobre práticas afrocêntricas de docentes negros no ensino superior de cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, na educação para as relações étnico-raciais. Adota, como metodologia, a escritivência, para evidenciar uma escrita elaborada a partir de nossas vivências em sala de aula. Usa a perspectiva da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Conclui que práticas educativas antirracistas no ensino superior podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, sem preconceitos, discriminações e racismos, que têm afetado pessoas negras e indígenas.

Palavras-chave: práticas afrocêntricas; ensino superior; relações étnico-raciais; ciências sociais aplicadas.

Abstract: It informs that the university can be a space for the production of knowledge in which historically marginalized and subordinated people can be agents of their own history. It reflects on Afrocentric practices of black teachers in higher education courses in the area of Applied Social Sciences, in education for ethnic-racial relations. It adopts writing as a methodology, to demonstrate writing elaborated from our experiences in the classroom. Uses the perspective of bibliographical research with a qualitative approach. It concludes that anti-racist educational practices in higher education can contribute to the construction of a fairer society, without prejudice, discrimination and racism, which have affected black and indigenous people.

Keywords: afrocentric practices; university education; ethnic-racial relations; applied social sciences.

1 INTRODUÇÃO

Ao se referir ao campo educacional, Maria Aparecida da Silva (2001) aponta que, desde das primeiras décadas dos anos 1980, o movimento negro tem focado em duas grandes frentes: no material didático e no currículo escolar. No primeiro caso, as denúncias estavam concentradas nos papéis que eram desempenhados pelas pessoas negras, que, em muitos casos, eram representadas em estereótipos racistas. Isso dificultava a construção de identidades negras e o conhecimento positivo da contribuição das/as negras/as para a sociedade. No segundo caso, o movimento negro brasileiro chamava a atenção para a ausência de conteúdos que valorizassem a cultura e a história da população negra, uma vez que os materiais didáticos estavam focados apenas no período da escravidão.

Já nas últimas décadas, a autora destaca duas novas frentes: a formação de educadores/as e a produção de materiais didáticos que caminhem para a superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial que têm afetado historicamente a população negra (Silva, 2001). No que se refere à formação de docentes, na atualidade, temos acompanhado a criação de disciplinas eletivas em alguns cursos de graduação. Em algumas licenciaturas, as disciplinas que abordam a questão étnico-racial estão em caráter obrigatório.

Já nos bacharelados, essa inserção tem ficado a cargo de docentes comprometidos/as com uma educação antirracista e uma prática afrocentrada, abordando o tema mesmo sem aparecer na ementa da disciplina. Isso ocorre em cursos de graduação em Biblioteconomia, Fundamentos da Ciência da Informação ou Fontes de Informação. E também em Secretariado Executivo, nas disciplinas de Gestão Secretarial e Técnicas Secretariais, por exemplo.

O termo afrocentrada usado neste trabalho parte da perspectiva de que as questões étnico-raciais, com foco na população negra, é o centro das práticas docentes no ensino superior para a educação das relações étnico-raciais. Dialogamos com a ideia do pesquisador Molefi Kete Asante que concebeu a ideia de afrocentricidade como “[...] um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (Asante, 2009, p. 96).

A escrita deste texto assume a responsabilidade de centralizar a contribuição da população negra para o uso e desenvolvimento de novas pedagogias e estratégias no ensino

superior. Além disso, é importante ressaltar que este trabalho foi desenvolvido por mãos negras de docentes comprometidos/as com a implementação e efetivação de uma educação antirracista no Brasil. Para tanto, partimos da seguinte inquietação: **quais são as práticas docentes afrocentradas na educação para as relações étnico-raciais nas Ciências Sociais Aplicadas?** Portanto, o objetivo geral deste trabalho é apresentar práticas docentes afrocentradas na educação para as relações étnico-raciais nas Ciências Sociais Aplicadas.

Esta pesquisa é relevante por oferecer um caminho para a reflexão sobre o cumprimento da Lei 10.639/2003 e demais legislações raciais no Brasil, que visam à promoção da justiça social. Além disso, ao adotar uma abordagem afrocentrada na prática docente, contribui para a valorização das epistemologias negras, rompendo com a hegemonia eurocêntrica e proporcionando uma educação mais inclusiva e equitativa.

Tal perspectiva fortalece a construção de identidades positivas entre os/as discentes negros/as e favorece o reconhecimento e o respeito pela diversidade racial no ambiente acadêmico. Vale ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Alaye - grupo de estudos e pesquisas em informação antirracista e sujeitos informacionais, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (DCI/UFPE). Na próxima seção, apresentaremos a metodologia adotada para a escrita deste trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que usamos para a construção deste texto é o conceito de *escrevivência*. Cunhado pela escritora e pesquisadora Conceição Evaristo (1996), “a nossa ‘escrevivência’ conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da casa-grande” (Evaristo, 2017). Portanto, apresentamos aqui algumas das nossas experiências vivenciadas em sala de aula em cursos de graduação na área das Ciências Sociais Aplicadas.

Por ser uma investigação constituída a partir dos relatos vivenciados pelos/as docentes em sua experiência atuando em sala de aula no ensino superior, a pesquisa se enquadra como uma abordagem qualitativa. O conjunto de informações apresentadas por cada docente representa um conhecimento que demonstra a vivência da prática afrocentrada em sala de aula, interpretada a partir do quadro referencial sobre a educação para as relações étnico-

raciais. Cabe ressaltar que a contribuição da investigação não reside na generalização dos fatos, mas no conhecimento a partir da escrivência dos/as docentes.

Contudo, a pesquisa bibliográfica foi elaborada a partir das leis brasileiras que regulamentam e orientam a educação para as relações étnico-raciais no ensino básico e superior, conforme pode ser visualizado na próxima seção.

3 A FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

No Brasil, as discussões sobre a obrigatoriedade da presença da temática da cultura negra nas escolas se consolidam a partir das leis 10.639/03 e da lei 11.645/08. Sendo que a primeira fala apenas da obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e a segunda vem complementar inserindo também a obrigatoriedade da presença dos currículos do sistema de ensino nacional aspectos da cultura dos povos originários do Brasil.

Obviamente que as leis sancionadas não garantem e nem garantiram que os currículos tanto da educação básica quanto no ensino superior fossem imediatamente alterados. A alteração do currículo é um aspecto muito importante, porém torna-se necessário outras ações de implementação de políticas que viabilizem de fato tais alterações que são profundas considerando a história do processo de escravização de pessoas negras no país e uma construção identitária baseada em preconceito e exclusão em relação às populações negras e indígenas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais (DCNERER) nos mostram que:

combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (Brasil, 2004, p. 6).

Importante destacar aqui que a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais faz parte de um conjunto de políticas para reparação, reconhecimento e valorização das ações afirmativas. Sobre isso o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana diz que:

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundada em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (Brasil, 2004, p. 12).

As ações afirmativas compõem por sua vez um conjunto de ações para promoção de justiça social, que tem em seu escopo principal aplicar ações que minimizem as diferenças entre os cidadãos. A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que se refere a questões a serem observadas pelas instituições de ensino que atuam em diferentes níveis e modalidades da educação brasileira, especialmente por aquelas que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de educadores/as (Brasil, 2004). A referida resolução apresenta em seu texto que:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento (Brasil, 2004).

O Parecer nº 3, de 10 de março de 2004 do Conselho Nacional de Educação vem com o objetivo de definir e indicar os principais elementos para a construção de uma educação antirracista, nos quais citamos aqui:

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

A Consciência Política e Histórica da Diversidade; O Fortalecimento de Identidades e Direitos; Ações Educativas de Combate ao Racismo e às Discriminações. Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar: Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais; Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais; mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior, secretarias de educação, assim como levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola [...] (Brasil, 2004).

Esse parecer também recomenda sua vinculação à Lei 9394/1996, que estabelece diálogos com o Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Educadores/as do MEC. Além disso, destaca a importância de inserir nos cursos de formação de docentes e de outros/as profissionais da educação, reflexões sobre as relações sociais e raciais no Brasil. Entre os conteúdos sugeridos estão análises de conceitos e suas fundamentações teóricas, como racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença e multiculturalismo. Também são mencionadas práticas pedagógicas e o uso de materiais e textos didáticos, com o objetivo de promover a reeducação das relações étnico-raciais, bem como o ensino e a aprendizagem da história e da cultura afro-brasileira e africana, dentre outros aspectos no intuito de preparar os/as professores/as em processo de formação para que possam atuar em seus espaços como agentes redutores do racismo no país (Brasil, 2004).

Pode-se observar que são vários os aspectos a serem cumpridos para se alcançar a implementação da lei 10.639/2003. As políticas a serem aplicadas vão desde a revisão do material de ensino utilizado, até a reforma das matrizes curriculares de todos os cursos de nível superior, e após isto, durante sua atuação profissional, todos/as deverão receber ainda formação continuada para constante debate e atualização. Portanto, reduzir o cumprimento da lei a ações isoladas ou apenas concentradas em datas específicas dentro do calendário escolar jamais conseguirá cumprir o objetivo de promoção de justiça e equidade.

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010, determina que:

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a: I - resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra; II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira; III - desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens negros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários; IV - estabelecer programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas (Brasil, 2010).

No conjunto dessas leis raciais no Brasil temos também a Lei nº 12.711/2012, que regulamenta o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, entre outras disposições. A legislação estabelece que 50% das vagas sejam reservadas para estudantes que tenham cursado o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Além disso, determina que, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), as vagas sejam preenchidas por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, de acordo com a proporção mínima dessas populações na unidade da federação onde a instituição está localizada, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2012).

Por fim, temos a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, que determina que as Instituições Federais de Ensino Superior, respeitando sua autonomia e os princípios de mérito relacionados ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, têm o prazo de 90 dias para apresentar propostas de inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação, por meio de políticas de ações afirmativas (Brasil, 2016).

O conjunto das leis raciais buscam, portanto, garantir acesso ao ensino em todos os níveis, reforma dos materiais de ensino e um ambiente onde pessoas negras e indígenas possam se reconhecer e se sentirem acolhidos/as. A próxima seção apresenta algumas das práticas afrocêntricas adotadas por docentes negros/as no ensino superior no Brasil.

4 PRÁTICAS DOCENTES AFROCÊNTRICAS NO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O exercício docente é repleto de desafios e não seria diferente em relação às práticas docentes voltadas a uma educação antirracista. Mesmo diante da relevância que conteúdos afrocentrados estejam presentes na formação profissional da educação superior é notório que existe uma necessidade que os/as docentes possuam uma formação adequada para a disseminação dos conteúdos sobre as questões étnico-raciais.

Elisangela Gomes e Erinaldo Valério (2019, p. 175) afirmam que, ao desenvolver práticas antirracistas em sala de aula, os/as discentes “poderão despertar para as questões raciais que afetam as suas existências no mundo e no ambiente acadêmico” e promover mudanças nessa realidade por meio do reconhecimento da diversidade. Os/As autores/as desenvolveram o texto apresentando suas metodologias utilizadas no ensino de Biblioteconomia na Universidade Federal de Goiás (UFG). “Essas metodologias se configuram como um passo importante dentro da sala de aula para enfrentarmos o preconceito, a discriminação e o racismo brasileiro” (Gomes; Valério, 2019, p. 176).

Na formação em Biblioteconomia e Administração, por exemplo, as pessoas autoras deste trabalho não tiveram disciplinas específicas que abordassem a temática das relações étnico-raciais. Na pós-graduação acadêmica em Ciência da Informação e Administração, essa discussão também esteve ausente nas disciplinas curriculares desses programas. Essa realidade está presente em vários cursos de graduação no nosso país. No caso da biblioteconomia brasileira, por exemplo, Franciéle Garcês (2019), em sua dissertação de mestrado, analisou os currículos de graduação das instituições públicas de ensino e constatou, na época da pesquisa, que de 2272 disciplinas analisadas apenas 16 abordavam temáticas étnico-raciais. Esse dado é muito preocupante, pois revela a necessidade urgente de uma formação docente que aborde o tema.

Portanto, o interesse em buscar formação nessa área surgiu por motivos pessoais, sociais e políticos, mediante uma educação continuada e antirracista. Cabe ressaltar que uma das experiências relatadas neste trabalho apresenta uma vivência docente a partir da realização de ações de desenvolvimento voltadas para a aquisição de conhecimentos sobre a educação para as relações étnico-raciais. Sendo importante destacar como esse docente ao longo dos mais de 16 anos de atuação no ensino superior, lecionando para cursos da área de

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Ciências Sociais Aplicadas, buscou por meio da capacitação a aquisição de uma formação para a implementação de uma educação antirracista e que lhe permita a inserção de conteúdos afrocentrados a partir de sua prática docente.

É necessário enfatizar que ao longo de sua carreira, o docente de formação na área de administração, ministrando disciplinas para cursos de formação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito e Secretariado Executivo, não realizou inicialmente uma docência a partir de uma prática afrocentrada. A formação eurocêntrica do docente não lhe propiciou o acesso a um conhecimento originário de culturas africanas, sendo um conhecimento recortado a partir dos interesses europeus.

Nesse sentido, na maior parte da sua atuação profissional, não foram apresentadas técnicas e conhecimentos de povos originários e africanos, sendo apresentada uma visão a partir da branquitude. Por isso, ao lecionar disciplinas voltadas para a compreensão das organizações sociais, foram transmitidos conhecimentos apenas a partir de um olhar, sem apresentar as distintas possibilidades de institucionalizações que a ação coletiva possibilita ao buscar seu gerenciamento organizacional.

Por isso é importante destacar, que o docente nos últimos cinco anos de sua atuação profissional, despertou seu interesse em buscar uma formação antirracista e consequentemente uma formação que possibilite a inserção de uma educação para as relações étnico raciais. A partir de disciplinas que trabalham conteúdos de marketing pessoal e comportamento organizacional, o docente passou a levantar reflexões em sala de aula sobre ações racistas que estão presentes no meio organizacional. Desde questões relacionadas a padrões impostos de beleza e comportamento, como questões de assédio que estão relacionadas a atitudes discriminatórias raciais.

Nesse contexto, um exemplo vivenciado pelo docente é retratado a partir de momentos em que discentes compartilham experiências de discriminação que passaram pelas suas características fenotípicas. Como é interessante destacar, o momento em que o docente apresenta um exemplo positivo de acolhimento em uma organização hospitalar, onde uma funcionária possuía uma touca adequada para o tamanho do seu cabelo, o que demonstrava que o seu tipo de cabelo e penteado utilizados não eram impeditivos para a manutenção dos princípios de segurança na unidade hospitalar.

Diante da situação apresentada pelo docente em sala de aula, uma aluna relatou ao professor e à turma, que ao buscar uma oportunidade de trabalho em uma loja em um centro comercial, foi questionada sobre seu cabelo crespo, em que a responsável pela contratação, alegava que ela não tinha o estereótipo apresentável para ser funcionária da loja. Este é apenas um exemplo de racismo, entre vários com os quais o docente passou a ter contato a partir do momento em que inseriu, em sua prática docente, exemplos de ações discriminatórias raciais. Estabelecer esse diálogo é importante e nos remete à reflexão de bell hooks (2017, p. 25): "ensinar de um jeito que respeite e proteja nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar de modo mais profundo e mais íntimo".

Essas situações vivenciadas em sala de aula pelo docente, o conduziram a buscar mais leituras sobre educação antirracista, como forma de melhor abordar os conteúdos a partir de sua prática docente. O que resultou na busca de uma capacitação voltada a ações de desenvolvimento para a aquisição de conhecimentos sobre a educação para as relações étnico-raciais. A partir dessa capacitação o docente passou a ter um acesso inicial sobre o significado de terminologias em conhecimentos de distintas culturas, além das impostas pela colonialidade.

Mesmo sendo uma capacitação de três meses, o docente teve acesso a um conhecimento que passou a inserir em sua prática profissional, sendo importante destacar que, com o seu retorno para sala de aula, começou a inserir conteúdos relacionados às culturas africanas e indígenas. Passando a destacar os conhecimentos pertencentes a essas culturas, como por exemplo, a organização coletiva a partir das aglomerações sociais constituídas em territórios africanos e indígenas, a partir da forma como ocupavam os seus territórios. Um exemplo que demonstra a importância de uma formação antirracista e o acesso aos conhecimentos de distintas culturas para que a prática docente afrocentrada possa estar presente no cotidiano da formação de ensino superior.

A experiência de ensino nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Gestão da Informação nos ajudou a compreender a importância de articular os conceitos de informação antirracista para entender as relações sociais entre as pessoas e o fluxo de informação na sociedade. Uma estratégia que adotamos em nossas disciplinas foi inserir fontes de informação que privilegiam a escrita de autorias negras. Percebemos que mapear e inserir

bibliografias de pesquisadores/as negros/as antirracistas do campo da Ciência da Informação ou de áreas correlatas tem surtido um efeito positivo em sala de aula, porque o corpo discente passou a interagir com saberes que antes eram marginalizados e subalternizados.

Além de fontes tradicionais, como artigos científicos, livros, teses e dissertações, usamos outras fontes elaboradas e produzidas por intelectuais negros/as, como canais no *youtube*, documentários, filmes, séries, perfis no *instagram* e *podcasts*. Os conteúdos apresentados nessas fontes informacionais podem ser articulados com várias temáticas abordadas em sala de aula.

Em disciplinas como “Ética e Direito da Informação”, “Fontes de Informação”, “História dos Registros do Conhecimento”, “Informação e Sociedade”, “Usos sociais da Informação”, “Leitura e Sociedade”, “Políticas públicas na área social, cultural e educacional”, “Teoria da Ação Cultural”, entre tantas outras, convidamos para a roda de conversa integrantes do movimento social negro local. Pois, as experiências dessas pessoas negras em sala de aula, tem ajudado a pensar serviços e produtos informacionais, que caminhem para a redução de preconceitos, discriminações e racismos. Além disso, acreditamos que as ações e o protagonismo do movimento negro brasileiro, tem contribuído bastante para formação de pessoas bibliotecárias e gestoras da informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reunimos aqui algumas das práticas afrocentradas adotadas em sala de aula no ensino superior, focadas na educação para as relações étnico-raciais em cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas. Existem várias outras ações que devem ser sistematizadas e apresentadas para que outras pessoas docentes possam analisá-las, adaptá-las e adotá-las em sua prática profissional.

É notório, a partir dos relatos, a relevância que sejam desenvolvidas capacitações voltadas a perspectiva da educação antirracista. O que possibilita a efetividade das ações voltadas à educação para relações étnico-raciais, sendo importante para que os/as docentes possuam uma formação que contribua para a inserção de conteúdos oriundos das comunidades negras. Nesse contexto, a capacitação para a formação docente voltada a educação antirracista, demonstra a sua importância diante da necessidade do combate aos

atos de discriminação racial. Sendo assim, além do/a docente trazer contribuições afrocentradas para a formação profissional, estará atuando para a formação cidadã de profissionais antirracistas.

A capacitação se apresenta enquanto um instrumento que permite ao/à docente ter acesso a metodologias de ensino e didáticas que lhe possibilitem a inserção dos conteúdos afrocentradas em sala de aula da forma mais adequada, além do acesso a conhecimentos relacionados às relações étnico-raciais. Com isso, o/a docente apresentará uma prática afrocentrada que rompa a barreira imposta por práticas eurocêntricas e demonstrará a diversidade de conhecimentos originários de outras culturas que contribuem para a formação profissional do indivíduo. Mostrando em sala de aula as distintas possibilidades de acesso a conhecimentos de culturas e comunidades africanas que foram marginalizadas por práticas racistas.

Para estudos futuros, sugerimos e orientamos que existam produções de textos que priorizem as experiências da aplicação da abordagem das relações étnico-raciais em disciplinas mais técnicas e tecnológicas dessas áreas de conhecimento. Em uma disciplina intitulada “Tecnologia da Informação e Comunicação” dos cursos de Biblioteconomia e/ou de Gestão da Informação, por exemplo, é possível discutir sobre racismo algorítmico, que tem afetado a vida de muitas pessoas negras em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93 - 127.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de agosto de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 90, p. 47, 12 maio 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/05/2016&jornal=1&pagina=47&totalArquivos=248>

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'. **Nexo Jornal**, São Paulo, maio 2017.

GOMES, Elisângela; Valério, Erinaldo Dias. Práticas afropedagógicas no ensino de biblioteconomia. *In*: BARROSO, Danielle *et al.* **Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 175-193.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em biblioteconomia no Brasil**. 2019. 510 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. *In*: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 65-82.